



EDIÇÃO 209 JUNHO 2019

DECISÃO

TJMG quita
benefícios
a pedido da
Amagis

PÁGINA 3

Encontro de
juízes debate
fortalecimento
do Judiciário

PÁGINA 10

Convênio dá
desconto
em curso
internacional

PÁGINA 14



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albite, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Câmara debaterá emendas da classe à Previdência

FOTOS: AMB



Dirigentes associativos debatem previdência na reunião da AMB, no Paraná



Cláudio Figueiredo, Marcelo Piragibe e Alberto Diniz durante reunião da AMB

As Associações de magistrados e parceiros protocolaram 17 emendas à reforma da Previdência. A admissibilidade e o debate das propostas foram garantidos com o mínimo de 171 assinaturas de parlamentares para cada uma delas. Os dirigentes associativos intensificarão o corpo a corpo na Câmara dos Deputados, para garantir direitos e minimizar efeitos negativos. As emendas tratam de regime de transição, pensões, contribuição previdenciária, entre outros. O presidente Alberto Diniz tem mobilizado e debatido com deputados federais mineiros.

PÁGINAS 4 A 8

NOSSAS EMENDAS SERÃO DISCUTIDAS PELA CÂMARA

POR ALBERTO DINIZ*

“A estratégia assegura a discussão, na Câmara, de temas que nos são caros e resguardam direitos e garantias e minimizam efeitos negativos da proposta”

Determinados a superar e a vencer ameaças a nossos direitos, ainda na fase legislativa, as Associações de magistrados e parceiros protocolaram 17 emendas na reforma da Previdência após obter número mínimo de 171 assinaturas de parlamentares para cada uma, garantindo a admissibilidade delas.

A estratégia assegura a discussão, na Comissão especial da reforma e no Plenário da Câmara, de temas que nos são caros e resguardam direitos e garantias e minimizam efeitos negativos da proposta. As emendas tratam da supressão de alíquotas extraordinárias, progressivas e/ou escalonadas; preservação do valor real dos benefícios; regime de transição para servidores que ingressaram até dezembro/2003 e entre 2004 e 2014; aperfeiçoamento do cálculo das pensões, acumulação e aposentadoria por invalidez; reabertura do prazo de migração para o Regime de Previdência Complementar, entre outros.

Com isso, buscamos neutralizar o confisco no aumen-

to das alíquotas, que podem chegar a 40% da renda total, quando somado a do imposto de renda. Isso desvirtua a natureza solidária e proporcional da contribuição ao valor a ser percebido na inatividade.

Não abriremos mão também da supressão do artigo que transfere as ações acidentárias para Justiça Federal, limitando o escopo da Justiça Estadual, quando não houver vara federal.

No caso do regime de capitalização, nossa emenda suprimiu artigos da PEC que impõem a obrigatoriedade. Por ele, muda-se totalmente o regime atual, tratando-se de benefícios na modalidade contribuição definida, com valores que não são orientados pela idade e tempo de contribuição, mas com base nos valores das reservas acumuladas, o que gera enorme e indesejável incerteza sobre o valor do benefício a que o contribuinte fará jus quando de sua aposentadoria. Basta ver os resultados negativos que sucederam no Chile, onde o modelo foi aplicado. Agora, vamos conversar com cada um dos parlamentares em um trabalho incansável, que visa tão somente o aperfeiçoamento, a fim de garantir uma reforma mais justa, apontando, para isso, a inconsistência do alegado déficit da Previdência e destacando pontos críticos, como a desconstitucionalização, o aumento de alíquotas, mudanças nas regras de pensão, entre outros. Além de mais justa, defendemos a segurança jurídica e a previsibilidade.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- TJ corrige benefício e paga direitos a magistrados **PÁG 03**
- Ipsemg atualiza pagamento de pensionistas mineiras **PÁG 03**
- Associações protocolam emendas à Previdência **PÁG 04**
- Resumo das emendas da AMB **PÁG 06**
- Reforma da Previdência é debatida com juízes do interior **PÁG 08**
- Reforma da Previdência: R\$ 1 trilhão pra quem? **PÁG 09**
- Enaje reúne juízes de todo o País **PÁG 10**
- Entrevista: Juiz Jorge Paulo dos Santos **PÁG 13**
- Convênio garante desconto em doutorado na Argentina **PÁG 14**
- Mutirão beneficia mutuários da Cohab **PÁG 15**

- Nutris inaugura salas de aula e celebra 30 anos **PÁG 16**
- Projeto piloto visa ampliar arrecadação com colônias **PÁG 17**
- Baú de Acordes: Remanso de Rio Largo **PÁG 18**
- Fintechs avançam no mercado financeiro **PÁG 20**

+SAÚDE!

- Mater Dei toma Amagis Saúde como referência **PÁG 21**
- Convênio com drogarias dá descontos a associados **PÁG 24**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo -
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques - Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela - Mtb - MG: 14634
Izabela Machado - Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

TJ corrige benefício e paga direitos a magistrados

Pleitos foram apresentados pelo presidente Alberto Diniz

A pedido da Amagis, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, determinou o reajuste do valor do auxílio-alimentação, o pagamento de férias-prêmio a magistrados da ativa e que tenham esse direito e ainda autorizou a quitação de parcela devida referente à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), de forma isonômica, a magistrados ativos e aposentados e pensionistas que têm reconhecido esse direito.

Os pagamentos dos benefícios foram efetuados a partir de 1º de junho e requeridos pelo presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, em reunião com o presidente do TJ no dia 8 de maio.

A Presidência do TJ também informou que fará folha complementar no mês de junho para aqueles que já atingiram o direito à indenização de férias regulamentares. A Presidência da Amagis ressaltou que, em razão do seu pedido, o TJMG atendeu, de forma isonômica, aos direitos dos aposentados.

“Mais uma vez, agradecemos ao presidente Nelson pelo intenso esfor-

AMAGIS



Nelson Missias recebe ofício de Alberto Diniz

ço para compatibilizar orçamentos e finanças do Tribunal, e, principalmente, por uma gestão eficiente e vocacionada que visa o aperfeiçoamento do Judiciá-

rio, por meio da melhoria das condições de trabalho e pelo reconhecimento dos direitos dos magistrados e servidores”, reafirmou Alberto Diniz.●

Ipsemg atualiza pagamento de pensionistas mineiras

Correção do benefício foi feita após atuação da Amagis

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) atendeu ao pedido da Amagis e, no dia 27 de maio, informou, por meio de ofício enviado ao presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, que aplicou a reposição de 16,38% sobre os vencimentos das pensionistas que recebem pelo órgão.

De acordo com o documento, a adequação ao teto constitucional, conforme a Lei Federal 13.752/18, já

foi realizada na folha de pagamento, e os valores retroativos a janeiro deste ano também foram pagos. Segundo o presidente da Amagis, com a medida, o Ipsemg assegura a paridade na atualização dos benefícios das pensionistas que possuem esse direito.

Em 15 de março, o presidente Alberto Diniz encaminhou ofício ao diretor de Previdência do Ipsemg, Marcus Vinícius de Souza, solicitando que fossem verificados os motivos pelos

quais ainda não havia sido feita a reposição nos benefícios das pensionistas que têm o direito à paridade. No documento enviado ao diretor do Instituto, Alberto Diniz fundamentou que, conforme a Constituição Federal, parte das pensionistas tem seus benefícios corrigidos, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e outra parcela tem suas pensões atualizadas de acordo com a reposição aplicada ao Judiciário.●

Associações protocolam emendas à Previdência

Dirigentes conseguiram apoio de deputados para propostas

FOTOS: AMB



Magistrados de todo o País participaram do painel sobre a reforma da Previdência no Enaje

Com o apoio dos deputados federais, dirigentes associativos organizados na Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), da qual fazem parte a AMB e a Amagis, e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) protocolaram 17 emendas ao texto original da reforma da Previdência (PEC 06/19), com o objetivo de impedir perdas com as mudanças no sistema previdenciário do País.

Conforme informou o presidente da AMB, Jayme de Oliveira, no dia 22 de maio, durante a reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da Associação nacional, da qual participou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, com a mobilização realizada em Brasília e nos Estados, foi possível coletar assinaturas suficientes para que as emendas fossem apresentadas. Era necessário o mínimo 171 assinaturas de deputados por emenda para possibilitar a admissão delas na tramitação da PEC.

A reforma da Previdência foi o principal tema do VII Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje), realizado dos 23 a 25 de maio, em Foz do Iguaçu (PR), seja nas conversas durante os intervalos dos debates, dos quais participaram ministros do STF, ou no painel promovido sobre o tema no último dia do encontro.

Durante as discussões, Alberto Diniz e os demais presidentes das Associações estaduais reafirmaram a importância da interlocução com os parlamentares, uma vez que os esforços empenhados até o momento têm tido bons resultados, como o apoio para protocolizar as emendas que serão analisadas pelo relator Samuel Moreira (PSDB-SP) e pela Comissão Especial. Ao todo, foram apresentadas 277 emendas.

A interlocução com os parlamentares tem sido feita permanentemente pelas Associações de classe, seja em

Brasília ou em seus Estados, como no encontro do presidente Alberto Diniz e do presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, em Belo Horizonte, com o deputado federal mineiro Lafayette Andrada (PRB-MG), no dia 20 de maio.

As emendas apresentadas pelas Associações à reforma da Previdência tratam da supressão do modelo de alíquotas extraordinárias, progressivas e/ou escalonadas, preservação, em caráter permanente, do valor real dos benefícios, regime de transição para os servidores que ingressaram até dezembro de 2003 e para aqueles que ingressaram entre 2004 e 2014, pensões, acumulação e aposentadoria por invalidez, e reabertura do prazo de migração para o regime de Previdência Complementar. Veja o resumo das emendas e saiba quem é o deputado signatário de cada proposta nas páginas 8 e 9.

A participação do deputado federal Felipe Francischini (PSL), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da



Alberto Diniz na reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual

Câmara, no painel do Enaje sobre a reforma da Previdência, foi mais uma demonstração da boa interlocução das Associações com os parlamentares. A mesa de debate também foi composta por Melissa Folmann, presidente de Comissão de Direito Previdenciário do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e especialista em Direito Previdenciário e Tributário, e pelo presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), Paulo Penteado Teixeira, e pelo vice-presidente de Aposentados da Associação de Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Juiz Felipe Rauen Filho. Os trabalhos foram conduzidos pela juíza Maria Isabel da Silva, vice-presidente Administrativa da AMB.

Segundo Francischini, ainda há muitos pontos que precisam ser analisados e alterados na PEC da reforma da Previdência, como as alíquotas e regras de transição, para que a reforma possa garantir a segurança jurídica da proposta. "Tem que ser regras mais objetivas e mais brandas, porque realmente tem algumas distorções muito grandes", afirmou.

APOSENTADOS

Ao lado dos juizes Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo, membro da Subcoordenadoria Regional dos Aposentados da AMB, Marcelo Piragibe, vice-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), o presidente Alberto Diniz participou, no dia 22 de maio, da 10ª Reunião da Coordenadoria dos Aposentados da AMB.

Entre as principais reivindicações dos magistrados aposentados, estão a PEC 63/2013, que institui parcela indenizatória da Valorização por Tempo na Magistratura e Ministério Público (VTM), e a PEC 555/06, que desonera os aposentados e pensionistas de contribuição previdenciária, cuja tramitação pode ser afetada pela PEC da reforma da Previdência.

Saiba mais sobre o Enaje na matéria especial sobre o encontro nas páginas 10 e 11.●

FOTOS: AMAGIS



Felipe Francischini e Alberto Diniz



Enéias Xavier, Lafayette Andrada e Alberto Diniz

FESTA JUNINA NA AMAGIS

29 de junho

De 13h às 20h

No Parque Esportivo da Amagis

Rua Albita, 160 - Cruzeiro - BH

Venda de ingressos na Amagis e nas salas da Associação no fóruns da Raja e da Augusto de Lima.
Mais informações: (31) 3079-3498



Resumo das emendas da AMB

EMENDA	TEMA	AUTOR
Nº 33	Alíquotas (confisco)	Dep. Valtenir Pereira (MDB-MT)
RESUMO	Suprime as alterações ao art.149, §1º; 1º-A; 1º-B; 1º-C; §1º-D; o art.13; o art.14; o art.15; o art. 34 e o 45 da PEC por ofenderem as limitações ao poder de tributar e instituir tributo com efeito confiscatório. As novas alíquotas, além de desvirtuar a natureza solidária e proporcional da contribuição ao valor a ser percebido na inatividade, particularmente para servidores que contribuem sobre a totalidade da remuneração, quando somada ao imposto de renda, têm nítido caráter confiscatório, podendo chegar a alíquotas efetivas de 40% da renda total.	

EMENDA	TEMA	AUTOR
Nº 34	Competência, separação dos poderes, inafastabilidade do Judiciário	Dep. Vinícius Carvalho (PRB/SP)
RESUMO	Suprime redação dada pela PEC ao Art.109 da CF e que transfere as ações acidentárias para Justiça Federal. Suprime também a redação dada ao § 3º limita o escopo da Justiça Estadual, quando não houver vara federal, a ações previdenciárias. Altera a nova redação § 5º do art.195 da CF, que estabelece que nenhum benefício ou serviço da seguridade social pode ser criado, majorado ou estendido por decisão judicial, em manifesta ofensa à separação dos Poderes e ao art. 5º, XXXV, ao afastar da apreciação do Judiciário ofensa a direito.	

EMENDA	TEMA	AUTOR
Nº 35	Pensão por morte e acumulação	Dep. Bilac Pinto (DEM/MG)
RESUMO	Dá nova redação ao artigo 8º e tenta abrandar os efeitos aos dependentes dos servidores públicos ao afastar o sistema de cotas trazido pela PEC e retomar o sistema hoje vigente. Pela emenda, o texto diverge do hoje vigente no que toca ao valor da pensão por morte, que será a totalidade dos proventos [ou da remuneração, se estava em atividade] do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, mas ao invés de 70%, será acrescido de 65% da parcela excedente a este limite. É uma proposta que diminui o valor da pensão – o que reduz o impacto financeiro do pensionamento buscado pelo Estado – mas que não compromete a subsistência digna do núcleo familiar, como faz o texto da PEC. Além disso, suprime diversos artigos que dispõem sobre a vedação de acumular benefícios.	

EMENDA	TEMA	AUTOR
Nº 36	Regime de capitalização	Dep. João Campos (PRB/GO)
RESUMO	Suprime artigos da PEC que impõem a adoção do regime de capitalização de forma obrigatória. Pela capitalização, muda-se totalmente o regime até então existente, tratando-se de benefícios na modalidade contribuição definida, com valores que não são definidos com base em idade e tempo de contribuição, mas com base nos valores das reservas acumuladas, o que gera enorme e indesejável incerteza sobre o valor do benefício a que o trabalhador fará jus quando de sua aposentadoria.	

EMENDA	TEMA	AUTOR
Nº 37	Regra de transição	Dep. Fábio Ramalho (MDB/MG)
RESUMO	Altera a redação do art. 3º da PEC e “importa” a regra de transição prevista no PL dos militares, instituindo o pedágio de 17% ao tempo que faltar para que os servidores públicos em atividade garantam o direito de se aposentar pelas regras vigentes até a data da publicação da EC. Além disso, no seu parágrafo 3º, preserva o direito à aposentadoria pelas regras vigentes até a data da publicação da EC ao servidor que conte com até dois anos para o implemento dos requisitos. Pelo texto da emenda, estaria assegurado a quem ingressou até 31/12/98 a integralidade com paridade, com redução de idade; a quem ingressou até 31/12/03, com integralidade e paridade, mas sem redução de idade; para quem ingressou até a implementação da previdência complementar, com base em 100% da média de suas melhores contribuições correspondente a 80% do período contributivo e, por fim, a quem ingressou, a partir da implementação do regime complementar, essa mesma regra, mas observado o teto do RGPS para fins de cálculo do benefício.	

EMENDA	TEMA	AUTOR
Nº 58	Alíquotas	Dep. João Campos (PRB/GO)
RESUMO	Suprime os artigos 13, 14 e 15 da PEC que prevêem alíquotas progressivas e extraordinárias, com efeito nitidamente confiscatório.	

EMENDA	TEMA	AUTOR
Nº 59	Valor real benefícios	Dep. Valtenir Pereira (MDB/MT)
RESUMO	Desconstitucionalização Acrescenta a expressão “preservando-lhe, em caráter permanente, o valor real” aos benefícios, previsto na CF e suprimido pela PEC/6. Art. 40, § 1º, I, “c”, n. 1 da CF Art. 201, § 1º, V da CF	

EMENDA	TEMA	AUTOR
Nº 60	Regra de transição	Dep. Subtenente Gonzaga (PDT/MG)
RESUMO	Altera o art. 3º da PEC e “importa” a regra de transição prevista no PL dos militares, instituindo o pedágio de 17% ao tempo que faltar para que os servidores públicos em atividade garantam o direito de se aposentar pelas regras vigentes até a data da publicação da EC. Pelo texto da emenda, também estaria assegurado a quem ingressou até 31/12/98 a integralidade com paridade, com redução de idade; a quem ingressou até 31/12/03, com integralidade e paridade, mas sem redução de idade; para quem ingressou até a implementação da previdência complementar, com base em 100% da média de suas melhores contribuições correspondente a 80% do período contributivo e, por fim, a quem ingressou, a partir da implementação do regime complementar, essa mesma regra, mas observado o teto do RGPS para fins de cálculo do benefício.	

EMENDA	TEMA	AUTOR
Nº 61	Pensão por morte, acumulação e aposentadoria por invalidez	Dep. Subtenente Gonzaga (PDT/MG)
RESUMO	Modifica diversos artigos da PEC com o objetivo de garantir condições sociais mínimas quanto às pensões, acumulações e aposentadoria por invalidez. Quanto à pensão, finda com sistema de cota e retoma o modelo vigente na CF, apenas adotando percentual distinto. Pela emenda, o valor da pensão por morte, que será a totalidade dos proventos (ou da remuneração, se estava em atividade) do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, ao invés de 70%, será acrescido de 65% da parcela excedente a este limite. É uma proposta que diminui o valor da pensão – o que reduz o impacto financeiro do pensionamento buscado pelo Estado – mas que não compromete a subsistência digna do núcleo familiar, como faz o texto da PEC. Além disso, altera as regras da aposentadoria por invalidez. O texto da PEC garante apenas 60% das médias salariais recebidas pelo servidor durante o período de atividade, acrescida de um bônus de 2% por ano trabalhado, mas só para os que se incapacitarem para o trabalho com mais de 20 anos de serviço. Pela emenda, propõe-se a correção dessa injustiça, prevendo que os proventos corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo (quem ingressou até 31/12/03) ou à totalidade da média aritmética simples das remunerações (quem ingressou a partir de janeiro de 2004). A emenda trata, ainda, da acumulação de benefícios, alterando (para majorar) os percentuais que, pela PEC, incidirão sobre o valor do segundo benefício, nos poucos casos em que a acumulação é permitida (ou seja, quando a acumulação é permitida, o é com significativa redução do segundo benefício).	

RÁPIDAS

- Durante reunião especial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 29 de abril, o desembargador Jair Varão recebeu placa alusiva ao título de cidadão honorário de Minas Gerais, concedido em 2017. O requerimento da homenagem foi do deputado Alencar da Silveira Jr. O 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela, participou da cerimônia.
- O juiz Lailson Baeta Neves, que atua como convocado na 2ª Câmara Cível do TJMG, lançou o livro Mandado de Segurança e Ações Constitucionais, escrito em coautoria com o professor Mário Lúcio Quintão Soares. O evento foi realizado no dia 30 de maio, no salão de festas da Amagis, em Belo Horizonte. O livro foi publicado pela Editora Del Rey.

Reforma da Previdência é debatida com juízes do interior

Alberto Diniz foi a Araxá, Jaíba, Janaúba e Varginha

MARINA MENDONÇA/TJMG



Presidente da Amagis, Alberto Diniz, presidente do TJMG, Nelson Missias, com magistrados na Comarca de Varginha

Em maio, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, visitou mais quatro comarcas do interior de Minas, dando continuidade aos encontros com os juízes em atividades de aperfeiçoamento do Judiciário ou de ações de valorização da 1ª instância, nas quais tem conversado com os magistrados sobre as ações que estão sendo desenvolvidas para tentar impedir perdas para classe com a reforma da Previdência.

Em Varginha [Sul], após participar da inauguração da unidade da Apac da comarca, no dia 31 de maio, o presidente da Amagis, em encontro do qual também participou o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, falou sobre as emendas protocoladas pelas Associações para resguardar direitos e garantidas da classe. No mesmo dia, o presidente do Tribunal recebeu o Título de Cidadania Honorária de Varginha.

Na Comarca de Araxá [Alto Paranaíba], em 9 de maio, o presidente da Associação participou do encontro de capacitação de juízes coordenadores dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania [Cejuscs] promovido pelo TJMG por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes [Ejef], do qual participaram juízes de 74 comarcas de Minas Gerais.

O presidente da Amagis disse que esses encontros são sempre uma oportunidade de conversar com os magistrados das comarcas do interior sobre temas de interesse da classe,

como as iniciativas tomadas pelas Amagis, AMB e demais Associações de classe para tentar impedir perdas para as carreiras jurídicas com a proposta da reforma da Previdência.

Na cidade de Jaíba e na Comarca de Janaúba [Norte de Minas], dia 17 de maio, o presidente da Amagis participou, ao lado do presidente do TJMG, do anúncio da construção e reforma de fóruns. Jaíba será sede de comarca a partir de janeiro próximo e receberá o prédio construído no primeiro semestre de 2020.

Alberto Diniz ressaltou a importância da atenção dada pelo presidente do TJMG à 1ª instância, procurando dotá-la de infraestrutura para que magistrados, servidores, operadores do direito e jurisdicionados tenham à sua disposição um Poder Judiciário pronto para dar uma resposta mais célere às demandas judiciais. "É no primeiro grau que está a porta de entrada dos litígios, das demandas sociais da população. Por isso, é tão importante valorizá-lo", afirmou.

Participaram do encontro dos juízes coordenadores de Cejuscs em Araxá, os desembargadores Afrânio Vilela, 1º vice-presidente do TJMG, Áurea Brasil, 2ª vice-presidente do Tribunal e superintendente da Ejef, a desembargadora Mariângela Meyer, 3ª vice-presidente do TJ, os juízes Ricardo Vêras, juiz auxiliar da 3ª Vice-presidência do Tribunal, Clayton Rosa de Resende, e José Aparecido Fausto de Oliveira, diretor do foro da Comarca de Araxá. ●

DIVULGAÇÃO



Encontro de coordenadores dos Cejuscs em Araxá

DIVULGAÇÃO



Encontro entre magistrados e Virgílio Guimarães em Janaúba

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: R\$ 1 TRILHÃO PRA QUEM?

Vale a pena, após uma vida de trabalho, os cidadãos abrirem mão do dinheiro em favor do mercado financeiro?

PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA*

Não quero discutir agora a manipulação de números do déficit [para uns] ou superávit [para outros] do sistema previdenciário. Nem o baralhamento, no cálculo, das justas e sagradas despesas com os BPCs e assistência aos rurícolas [cujo custeio, em face da ausência da correspondente contribuição, deve advir da tributação em sentido amplo]. Não quero, tampouco, discutir a trestinação de recursos previdenciários sem a devida reposição ao sistema para grandes e relevantes obras [como a Transamazônica e as usinas nucleares]. E nem mesmo vou me ocupar da forma opaca pela qual os números vieram sendo “apresentados” no en-

pretender economizar com a reforma.

Economizar para quê e para quem?

Os aposentados e pensionistas equivalem a 1/7 [um sétimo] da população [14,2%], conforme o IPEA. Cada aposentado ou pensionista contribui para a manutenção direta e indireta de seus familiares, dentre eles, inclusive, trabalhadores ativos.

Pode-se dizer que os benefícios de aposentadoria e pensão impactam diretamente a vida da esmagadora maioria da população brasileira.

O maior grupo de beneficiários, cerca de 70% [setenta por cento], considerando os do setor privado ou público, recebe exato 1 salário mínimo [SM]; outra fração significativa auferir entre 1 e 5 SM de benefícios.

seus gastos com saúde, alimentação, transporte, educação, etc. É o mesmo que transferir “poder econômico”, no montante equivalente a essa “poupança” de 1 trilhão, aos intermediários: ao Estado que arrecada tributos e ao sistema financeiro que os manipula.

Por outro lado, “economizar” 1 trilhão significa alimentar o sistema financeiro privado e repassar parte da energia desse capital ao Estado, cuja equipe econômica governamental, paradoxalmente, traz o discurso da necessidade do próprio encolhimento. Isso tudo sob o discurso de que ele, Estado, supostamente irá “devolver” em “bons serviços” à população [que, para isso, justamente, já suporta uma carga tributária pesadíssima!].

Então pergunto: vale mesmo a pena que, após uma vida de trabalho, os cidadãos abram mão de mais 1 trilhão nesse rearranjo econômico e tributário, cujo maior beneficiário é o mercado financeiro?

A se caminhar assim, estar-se-á indiretamente “privatizando” esse trilhão!

O tal trilhão de reais será simplesmente extirpado da disponibilidade de

“ASSIM, ANTES DE TUNGAR O BOLSO DO INATIVO, PENSIONISTA OU CONTRIBUINTE, É IMPERATIVO QUE VENHA PRIMEIRO A REFORMA NA ECONOMIA [TRIBUTÁRIA, FISCAL E FINANCEIRA]!”

caminhamento da PEC 06/2019, cuja base da proposta esteve sob [inacreditável] “sigilo oficial”.

Talvez, até pudesse querer discutir o fato de que a dívida das grandes empresas para com o sistema previdenciário [débito da ordem R\$ 1/2 trilhão, segundo o Relatório da CPI da Previdência, de 2017], e que não são cobradas com efetividade, supere – em muito – o alegado déficit gerado pelas despesas aos contribuintes efetivos que são beneficiários previdenciários. Ou seja, poderia discutir a opção governamental por descumprir as diretrizes da Constituição Cidadã [e as obrigações de longo prazo assumidas com os segurados] e por onerar a parte mais fraca em sua busca financeira por “equilíbrio”. Mas, não. Melhor deixar isso para outra discussão.

O que gostaria de discutir agora é o destino do tal trilhão de reais que se diz

Esses dois grupos somados, isto é, os que recebem até 5 SM, retratam a esmagadora maioria de beneficiários. Para se ter uma ideia, apenas 0,01% [zero vírgula zero um por cento] dos segurados do INSS fazem jus a benefícios no montante entre 10 e 20 salários mínimos. O restante, parte do funcionalismo, também tem benefícios limitados ao teto respectivo e está em franco decréscimo numérico e proporcional, uma vez que, com as sucessivas reformas já promovidas nos últimos anos, em especial a de 2003 [há dezesseis anos, ou seja, quase “meia geração”], grande parte dos servidores civis atuais já está sob os limites do regime geral [e, ao cabo de mais “meia geração”, todos estarão].

“Economizar” 1 trilhão de reais significa, em última medida, restringir de mais de dois terços da população o direito de gerir sua vida, seu consumo,

boa parte da população, que, com ele, faria girar comércio, serviços... Que, com ele, sobreviveria! Inclusive para suprir as carências de serviços públicos já custeados pela tributação geral [que também é suportada pelo contribuinte previdenciário], cuja prestação nunca é suficiente ou adequada.

Assim, antes de tungar o bolso do inativo, pensionista ou contribuinte, é imperativo que venha primeiro a reforma na economia [tributária, fiscal e financeira]! Inclusive com limites aos lucros e juros escorchantes do sistema financeiro! E com um basta à sonegação tolerada das grandes empresas devedoras!

Só depois do “sacrifício” dos bancos, empresas devedoras e da contenção dos desperdícios do governo é que se pode exigir o sacrifício da população trabalhadora!

Afinal: 1 trilhão pra quem?!●

[*] desembargador do TJMG

Enaje reúne juízes de todo o País

Encontro debateu a Magistratura e a sociedade brasileira

Magistrados de todo o País reuniram-se, entre os dias 23 e 25, em Foz do Iguaçu, no Paraná, para participar do VII Encontro Nacional de Juízes Estaduais (Enaje), maior evento da Magistratura estadual. Realizado pela AMB, em parceria com a Associação dos Magistrados do Paraná [Amapar], o Enaje acontece a cada três anos, com o objetivo de debater o aprimoramento do Poder Judiciário, contribuir para o aperfeiçoamento das ações institucionais e permitir o conhecimento sobre a evolução da Magistratura Brasileira.

Neste ano, o tema do encontro foi a 'Magistratura na sociedade brasileira – entre o real e o ideal'. Palestras e painéis de relevância para o dia a dia do Judiciário foram apresentados durante os dias do evento e levantaram temas como eleições diretas nos tribunais, inteligência artificial, presença das mulheres na Magistratura e reforma da Previdência.

Entre os presentes, estavam o presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli, os ministros Luiz Fux e Alexandre Moraes, também do STF, e Humberto Martins, corregedor nacional de Justiça e ministro do STJ, o presidente da AMB, Jayme de Oliveira, e o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, além de outros magistrados de Minas Gerais e dos demais estados da federação.

ELEITORAL

O ministro Dias Toffoli proferiu a palestra de abertura do Enaje, falando sobre a competência dos juízes eleitorais. De acordo com ele, são os juízes estaduais que devem continuar a exercer as funções eleitorais. "Graças à dedicação dos magistrados, podemos afirmar, com muito orgulho, que o Brasil é um País em que se pratica Justiça diuturnamente", afirmou o ministro.

Durante a palestra, ele apresentou dados recentes do Relatório Justiça em Números, do CNJ, mostrando que 83,4% da população brasileira reside em mu-

AMB



Entrega da Comenda Cruz do Mérito da AMB

nicipios sedes de comarcas da Justiça estadual, estando a cargo dos juízes estaduais 79,3% dos processos em andamento no País. "Vossas Excelências são os representantes da Justiça que mantêm contato direto com a população brasileira. É missão dos magistrados harmonizar, com independência e com base na autoridade do Direito, da Constituição e das leis, os conflitos da sociedade", disse Toffoli.

O vice-presidente do STF, ministro Luiz Fux, proferiu palestra sobre a teoria da Análise Econômica do Direito, segundo a qual o Direito deve se tornar mais eficiente. Para isso, de acordo com Fux, é necessário um sistema processual que evite demandas frívolas, que reduza a judicialização e estimule a conciliação entre as partes. O vice-presidente do STF, ainda em sua palestra, defendeu uma Magistratura independente e valorizada e destacou que sempre lutará pelas reivindicações justas da carreira.

A reforma da Previdência também esteve em pauta durante o encontro. O trabalho da AMB, em conjunto com as Associações estaduais de magistrados, entre elas a Amagis, no intuito de sugerir emendas para aperfeiçoar o texto e evitar retrocessos, foi tema de painel de debates com a participação dos magistrados. *[Leia mais nas páginas 6 e 7].*

A segurança no Poder Judiciário foi tema da palestra do ministro Alexan-

dre de Moraes. De acordo com ele, a reestruturação do atual modelo, como uma atuação proativa em relação à criminalidade organizada, seria o ponto de partida. O ministro apontou três pilares essenciais, em sua visão, para aumentar a segurança dos magistrados estaduais. São eles: a reorganização da Justiça estadual, com a criação de varas regionais colegiadas de última instância; mais segurança ao magistrado; e a criação de uma estrutura de inteligência entre essas varas regionais colegiadas, de forma que elas fossem interligadas na questão de inteligência preventiva e de segurança dos magistrados.

"Assim, conseguiríamos possibilitar não só a segurança reativa dos magistrados, mas também a preventiva. Os informes de inteligência iriam prevenir potenciais ameaças, com procedimentos iguais em toda a Justiça Estadual do País", afirmou o ministro Moraes.

Uma das palestras realizadas abordou a questão da inteligência emocional, explicando a importância de saber lidar com as emoções e exercer um domínio da mente. O palestrante, professor, médico e escritor Augusto Cury destacou que a "mente precisa de gestão, porque, sem isso, ela perde sua dirigibilidade". Segundo ele, a síndrome do pensamento acelerado é, atualmente, um problema muito comum e que causa dificuldades de concentra-

ção e atenção, irritabilidade e prejuízo, inclusive às relações interpessoais. “A Magistratura é uma profissão vital para a funcionalidade da sociedade civil e é uma das que mais tem riscos para o esgotamento cerebral”, alertou Cury, enfatizando a importância do relaxamento, da leveza no tratamento entre as pessoas no trabalho e na vida social e do cuidado com o emocional, tão importante para o bem-estar pessoal.

“O Direito associado à tecnologia, a inteligência artificial trabalhando em prol do Judiciário”. O tema foi debatido em painel com a participação da conselheira do CNJ Maria Tereza Uille e do coordenador e do secretário da Escola Nacional da Magistratura, respectivamente, Marcos Grangeia e Samuel Meira Brasil Junior. Foram apresentados dados que demonstram que, utilizada da forma correta e responsável, a tecnologia tende a responder ao crescimento das demandas do Poder Judiciário e da Magistratura.

FAKE NEWS E REDES SOCIAIS

O terceiro painel do Enaje abordou as fakenews e as redes sociais. Foram apresentados estudos que mostraram que as notícias falsas sempre existiram no mundo e que representam ameaça para a democracia, liberdade de opinião e atuação da imprensa. No entanto, as fakenews ganharam poder potencializador com a velocidade de transmissão e a amplitude que as redes sociais alcançam. Durante o painel, os palestrantes orientaram os participantes sobre a forma ideal de consumir notícia na era digital: checar a fonte, identificar a matéria, verificar a data de publicação e, caso tenha qualquer dúvida, não compartilhar.

Os participantes do Enaje debateram, entre outros assuntos, as eleições diretas nos tribunais de Justiça do País. Um dos palestrantes foi o desembargador Almiro José Mello Padilha, do Tribunal de Justiça de Roraima, onde os juízes já ajudam a eleger a mesa diretora. Almiro José lembrou para os presentes como se deu a aprovação da inclusão dos juízes no colégio eleitoral no âmbito do TJRR, quando ele era presidente, em 2016. De acordo com o magistrado, a gestão do Tribunal, a produtividade e o desempenho melhoraram muito depois da mudança. “Os juízes se sentem representados na direção da Corte e participam da gestão”, afirmou o ex-presidente.

REPRESENTATIVIDADE

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, destacou que o Enaje é um evento fundamental para a Magistratura, especialmente porque os assuntos tratados no encontro resultam no aperfeiçoamento do Judiciário e no fortalecimento da classe. “Neste ano, em especial, um dos principais debates foi em torno da reforma da Previdência, e o Enaje demonstrou que os magistrados estão mais unidos do que nunca em prol da classe e da sociedade”, disse.

“Participar do evento nos proporcionou conhecimento que nos será muito útil no dia a dia do exercício da Magistratura, além de nos fornecer ferramentas para o enfrentamento do estresse, da ansiedade e para a gestão positiva de nossas emoções”, afirmou a juíza Maria Luíza Assunção, da 3ª Vara de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais, destacando a oportunidade de integração entre os magistrados.

Para a juíza Fabiana Pasqua, da 7ª Vara de Família de Belo Horizonte, o encontro foi muito positivo. “Tivemos ótimas e enriquecedoras palestras e uma oportunidade de congraçamento com os colegas do Brasil inteiro, ocasião em pudemos dividir nossas experiências e fortalecer o laço que nos une”, afirmou a magistrada.●

*Com informações da AMB

AMAGIS



Luiz Fux e Alberto Diniz durante o Enaje

AMAGIS



Doorgal Andrada, Alberto Diniz e Marcelo Piragibe

AMAGIS



Herval Sampaio, Alberto Diniz, Maria Luíza e Nelson Calandra

AMB



Geraldo Dutra, Jayme de Oliveira e Luiz Fux

Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



Confira Nossos Próximos Leilões



GALPÕES E CASA EM
ANDRADAS/MG



MOTEL NA BR-494
EM NOVA SERRANA/MG



CASA COND. PEDRA DO CALHAU
EM CARMO DO CAJURU/MG



GALPÃO COM 720,18M² EM
SÃO SEB. DO PARAÍSO/MG



INDÚSTRIA PARA CALCINAÇÃO
EM ARCOS/MG



PRÉDIO C/ 50 LOJAS EM
CORONEL FABRICIANO/MG



IMÓVEL COMERCIAL EM
IPATINGA/MG

37 3242-2218 | 37 9862-5653 

leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Juiz Jorge Paulo dos Santos



EDUARDO ROCHA

Com 23 anos na Magistratura mineira, o juiz aposentado Jorge Paulo dos Santos, que atuou nas Comarcas de Pirapora, Passos, Divinópolis, Betim e Belo Horizonte, foi empossado na atual gestão da Amagis na Vice-presidência Sociocultural-esportiva da Associação, com o compromisso de, por meio do cargo, fortalecer a integração da classe e também contribuir para o desenvolvimento de hábitos saudáveis pelos magistrados e seus familiares.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, tem ressaltado a importância da unidade da Magistratura mineira. Como a Vice-presidência Sociocultural-Esportiva pode contribuir para essa integração?

Como uma associação de classe, a Amagis busca ser a ponte integradora da Magistratura mineira e, como tal, promover e intensificar a aproximação, a cooperação e a solidariedade entre seus associados, com o objetivo de fortalecer a Justiça, como está em seu Estatuto. Além possibilitar aos associados uma seguridade social de qualidade, a Associação visa também à integração social, cultural e esportiva da classe. É nesse contexto que essa Vice-presidência deve auxiliar a Presidência, cumprindo o estabelecido pelo § 3º do artigo 36 do nosso Estatuto, que diz: “Ao vice-presidente Sociocultural-Esportivo compete promover, coordenar e divulgar as atividades socioculturais e esportivas da Associação, estreitando o relacionamento dos associados e seus dependentes com a Amagis e desta com outras entidades”.

Quais atividades podem ser desenvolvidas pela Amagis para promover a integração da classe?

Toda e qualquer atividade que vise à integração, o lazer, o bem-estar físico e emocional de seus associados deve ser o escopo a ser incentivado. É tradição, em nossa Associação, a participação em torneios de futebol realizados com a participação de outras Associações. Isso deve ser mantido e fomentado, além de incentivadas outras competições, em outras modalidades esportivas, o que também é nosso desejo e objetivo.

Como a Vice-presidência Sociocultural-esportiva pode contribuir, junto com a Vice-presidência de Saúde, para a promoção de hábitos saudáveis pelos magistrados?

Contamos com o Projeto Amor à Vida, promovido pela Amagis Saúde, intrinsecamente ligado a essa Vice-presidência, que se desenvolve no Parque Esportivo, com a

atuação de um fisioterapeuta responsável por ministrar, nas manhãs das terças e quintas-feiras, sessões de exercícios apropriados e adequados a melhorar nossa condição física, em local onde são mantidos aparelhos de ginástica e exercícios de musculação. Além disso, os encontros promovidos pelo Integramagis, com palestras e outras atividades que visam à integração e o incentivo a hábitos saudáveis, como a dança, além do culto à boa arte, de forma geral. Tudo isso é uma forma de propiciar aos associados e seus dependentes a prática saudável e necessária a um melhor estilo e qualidade de vida.

Como o senhor avalia o papel desempenhado pelas revistas MagisCultura e Amagis Jurídica para estimular a produção artística e acadêmica dos magistrados?

Por óbvio, cada indivíduo é único e irrepetível. Podemos afirmar, todavia, que nenhum ser humano é singular, mas plural em sua essência. Assim, todo ser humano acalenta dentro de si uma chama artística, com mais ou menos talento, mas que nele persiste. Não é diferente com o magistrado, que, por imposição da própria função, é mais comedido, contido e introvertido quando a questão diz respeito à sua subjetividade. Por essa razão, é a proposta da MagisCultura, que avalio como positiva e importante, na medida em que possibilita ao magistrado deixar fluir e aflorar essa expressão artística no campo literário. Do mesmo modo, a Amagis Jurídica, que surge, nesse cenário, como uma importante ferramenta para o compartilhamento do conhecimento jurídico de nossos associados. ●

“Toda e qualquer atividade que vise à integração, o lazer, o bem-estar físico e emocional de seus associados deve ser o escopo a ser incentivado”

Convênio garante desconto em doutorado na Argentina

Parceria foi firmada durante Intercâmbio Brasil-Argentina

Como resultado do Intercâmbio de Integração Brasil-Argentina, do qual a Amagis participou representada pelo seu vice-presidente Administrativo, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, os magistrados mineiros podem se inscrever, desde o dia 3 de maio, na modalidade de curso intensivo de doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA), reconhecido pelo Conselho Nacional de Avaliação e Credenciamento Universitário.

O vice-presidente Administrativo destacou que, com o convênio, os magistrados mineiros poderão aprimorar sua formação em uma das 50 melhores universidades do mundo a um valor mais acessível, uma vez que o acordo prevê 15% de desconto aos associados da Amagis. Ele observou ainda que não há necessidade de renovação do convênio, permitindo que gerações futuras também possam se beneficiar da iniciativa.

Ainda segundo Luiz Carlos, o intercâmbio, do qual também participaram magistrados do Piauí e da Bahia, possibilitou aos participantes conhecer o funcionamento dos tribunais da Argentina e as políticas públicas desenvolvidas em áreas como segurança e Justiça. "O Direito nunca foi pensado para ser sinônimo de jurisprudência nacional ou estar confinado aos limites políticos de uma nação. Este debate nos permite pensar o Direito de uma forma mais profunda, trocar experiências práticas e evitar equívocos históricos", afirmou.

DOUTORADO

O curso de doutorado intensivo da Faculdade de Direito da UBA é realizado em quatro períodos (verão, outono, inverno e primavera), escolhidos pelos alunos, e as aulas são realizadas em módulos de duas semanas seguidas. Para serem admitidos no doutorado, os estudantes devem ser aprovados nos módulos um e dois, nos quais são ministrados quatro cursos, sendo dois por semana.

Nos três primeiros módulos, 120 horas-aulas são dedicadas a disciplinas de caráter geral; no quarto módulo,



Professor Ricardo David e o juiz Luiz Carlos

essas matérias ocupam a totalidade do curso e, posteriormente, as aulas são destinadas a áreas temáticas de Direito Civil, Direito Penal, Direito do Trabalho e Direito Constitucional. Aprovada a tese de doutorado pelo Comitê de Doutorado, o aluno recebe o Certificado de Pós-Graduação em Atualização na Área escolhida.

Para se inscrever no curso, o interessado deve enviar um e-mail para doctoradoint@derecho.uba.ar, com o currículo anexo no formato word. O texto do e-mail deve seguir o modelo disponível no site derecho.uba.ar, onde há mais informações sobre o doutorado intensivo da UBA. ●

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

● Estatuto da Pessoa com Deficiência

Período: 24 e 25 de julho

Inscrições: até 18 de junho

Local: Brasília

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● Media Training

Período: 8 e 9 de agosto

Inscrições: até 6 de julho

Local: Brasília

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● Sistema Concursal Brasileiro

Período: 19 e 20 de agosto

Inscrições: até 10 de agosto

Local: São Paulo

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● Infância e Juventude

Período: 12 e 13 de setembro

Inscrições: até 15 de agosto

Local: Rio de Janeiro

Vagas: 100

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

Mutirão beneficia mutuários da Cohab

Cejusc da Comarca de Vespasiano celebrou 248 acordos

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Juíza Sayonara Marques fala sobre o mutirão à TV Globo



Jurisdicionados são atendidos no Cejusc de Vespasiano

Em uma parceria do TJMG com a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab-MG), o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), de Vespasiano (Grande BH), realizou, dos dias 6 a 10 de maio, 278 audiências de conciliação, celebrando 248 acordos que permitiram aos mutuários da casa própria regularizarem suas pendências financeiras com a companhia.

Segundo a juíza Sayonara Marques, titular da 1ª Vara Cível e coordenadora do Cejusc da Comarca, os acordos celebrados no mutirão foram muito vantajosos para os mutuários, pois a Cohab propôs a retirada dos juros e multas decorrentes do atraso no pagamento, além de permitir parcelamento da dívida dentro das condições financeiras do devedor.

Na avaliação da magistrada, ao mesmo tempo em que permitiu aos mutuários regularizarem seus débitos e evitarem uma possível perda do imóvel, a iniciativa possibilitou à Cohab recuperar créditos muitas vezes prescritos e que, dificilmente, seriam recuperados. Ainda segundo a juíza, outra vantagem para a Cohab foi transferir o imóvel para o mutuário logo após a quitação do débito, eximindo-se da responsabilidade sobre o imóvel.

De acordo com a juíza, alguns acordos não puderam ser celebrados porque os proprietários dos imóveis não tiveram como comprovar a posse do bem, ou por conta de falecimento dos donos dos imóveis nos quais não havia inventário. Em situações em que o proprietário do imóvel faleceu,

quando todos os herdeiros são maiores de idade, e desde que estivessem de acordo, a partilha do bem deve ser feita em escritura, como um inventário.

A magistrada disse ainda que, em duas situações, os mutuários não puderam fazer os acordos devido à situação de miserabilidade pela qual estão passando. “A Cohab comprometeu-se a fazer um acompanhamento com uma assistente social para auxiliar o mutuário a melhorar sua situação. As cobranças foram suspensas por um ano para esse acompanhamento”, comentou.

PARCERIA

Para realizar o mutirão, o Cejusc da Comarca de Vespasiano contou com a parceria da Faculdade de Saúde e Ecologia Humana (Faseh), cujos estudantes do curso de Direito atuaram como conciliadores, sob orientação da professora e coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da instituição, Ana Cristina Nilson Gurgel.

Na avaliação da juíza Sayonara, com a participação no mutirão, os estudantes têm contato com métodos auto-compositivos, podendo observar a rapidez, eficiência e os resultados dessa metodologia para as partes envolvidas na conciliação. “Essa formação está de acordo com as novas diretrizes do Novo Código de Processo Civil e contribui para uma mudança na formação de profissionais adversariais para profissionais cooperativos”, observou a magistrada. ●

RÁPIDAS

● O juiz João Carneiro Duarte Neto, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Manga, lançará, no dia 13 de junho, às 19h, no salão de eventos da Amagis, o livro *Política e Direito – Disfuncionalidades*

sistêmicas, publicado pela Editora Lumen Juris.

● A 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Mariângela Meyer, foi agraciada, no dia 14 de maio, com a Medalha do Mérito Municipal

lista Celso Mello de Azevedo. A condecoração foi concedida pela Associação Mineira de Municípios.

● O 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela, recebeu, no dia 26

de abril, na Assembleia Legislativa do Piauí, o título de cidadão piauiense. A iniciativa foi do deputado Fernando Monteiro. O desembargador estava acompanhado de sua esposa, Gisela Pereira Resende Vilela.

Nutris inaugura salas de aula e celebra 30 anos

Espaço recebeu o nome da pensionista Delenda de Faria Campos

FOTOS: IZABELA MACHADO



Magistrados e pensionistas na inauguração



Rosimere Couto, Delenda de Faria e Maurício Soares

Magistrados e pensionistas participaram, no dia 31 de maio, da comemoração dos 30 anos do Núcleo de Trabalho e Integração Social [Nutris], quando foi inaugurado o Anexo I da creche, que recebeu o nome da pensionista Delenda de Faria Campos, uma das fundadoras da instituição.

Delenda agradeceu a homenagem e disse que o avanço do Nutris nesses 30 anos é fruto do trabalho coletivo. “Ninguém faz nada sozinho. Precisamos da ajuda de magistrados, servidores do Tribunal e pensionistas para que, juntos, continuemos essa missão que tanto nos engrandece”, afirmou. No anexo, funcionarão salas de aula, sala de coordenação pedagógica, dois banheiros, sala de TV e espaço para atividades psicomotoras.

A vice-presidente de Saúde da Amagis, Rosimere Couto, representou o presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, e o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, e ressaltou a importância da contribuição da Magistratura para a manutenção dos serviços do Nutris. “O trabalho desenvolvido com as crianças e os jovens atendidos pelo Nutris e pelo NAC possibilita o crescimento e a aprendizagem desses menores que tanto necessitam de nossa ajuda e nosso amor”, disse.

O presidente do Nutris, Ronaldo Ribeiro, agradeceu o apoio da Amagis e do TJMG e ao trabalho das pensionistas para que pudessem cumprir a missão social nesses 30 anos. A vice-presidente do Nutris, Marlene Fernandes, ressaltou o empenho das fundadoras do Núcleo, que hoje é um braço social da Magistratura mineira. “São pessoas abnegadas, dignas de nosso reconhecimento”, afirmou.●

travel 4

VESPERATA EM DIAMANTINA

VIAGEM EXCLUSIVA PARA ASSOCIADOS A AMAGIS E CONVIDADOS

04 A 06 DE OUTUBRO
UMA OPORTUNIDADE ÚNICA!

INCLUI

- Transporte em ônibus ou micro-ônibus executivo
- 02 noites de hospedagem com café da manhã, em apto duplo standard
- Refeições conforme o roteiro
- City Tour de meio dia em Diamantina
- Entrada com reserva de mesa para a Vesperata
- Seguro viagem
- Brinde exclusivo Travel4

(31) 3309-9092 / www.travel4.tur.br / CONTATO@TRAVEL4.TUR.BR

Projeto piloto visa ampliar arrecadação com colônias

Apartamentos de Caldas Novas serão alugados pelo Airbnb

A diretoria da Amagis disponibilizou, em maio, por meio do aplicativo Airbnb, seus 14 apartamentos dos hotéis do grupo Di Roma, em Caldas Novas (GO), para a locação a associados e não associados. De iniciativa da vice-presidente Financeira da Associação, Luiza Peixôto, o projeto piloto tem como objetivo avaliar a possibilidade dessa modalidade de hospedagem ampliar a arrecadação financeira da Amagis com as colônias de férias.

Em entrevista na edição de maio do jornal DECISÃO, Luzia Peixôto já havia adiantado a intenção da diretoria em ofertar as unidades para locação. "Nosso principal objetivo é aumentar nossas receitas, ampliando a oferta de aluguéis e reservas das colônias de férias, parque esportivo, salão de festas e salas comerciais", afirmou.

Ao mesmo tempo em que desenvolve esse projeto piloto, a diretoria da Amagis contratou a Vaz de Mello Consultoria para realizar a avaliação patrimonial de todos os imóveis da Associação e identificar quais melhorias precisam ser feitas, além da melhor forma de explorar as unidades.

Por se tratar de uma iniciativa experimental, será fixado um preço promocional de inverno e baixa temporada de R\$100,00 cada diária. As reservas feitas diretamente na Amagis também terão o preço promocio-

CELEUMO



Jardim Japonês é uma das atrações de Caldas Novas (GO)

nal de R\$ 100,00. Já na alta temporada o preço continua sendo R\$120,00. É importante ressaltar que não houve mudança nos preços das hospedagens nas colônias.

Serão observados todos os critérios estabelecidos pelo regulamento de uso das Colônias de Férias, para preservar não só o ambiente familiar como garantir a prioridade dos associados em ocupar as unidades. Nos períodos de altatemporada, por exemplo, os apartamentos não serão disponibilizados para a locação de terceiros.

A responsável pelo aplicativo atua como um mediador da locação, recebendo comissões pelas reservas e, em contrapartida, além de ampliar o

número potencial de hóspedes, oferece ao locatário um seguro contra eventuais danos.

Os apartamentos de Caldas Novas têm capacidade para quatro pessoas, possui uma suíte de casal com ar condicionado, sala com capacidade de receber dois ocupantes, frigobar e TV. Saiba mais sobre as colônias de férias da Associação no site amagis.com.br ou pelo telefone (31) 3079-3459 ou pelo e-mail ca-cia@amagis.com.br.

Correção: ao contrário do que foi divulgado na edição de maio do jornal DECISÃO, os membros do grupo familiar que se hospedarem nas colônias pagarão os mesmos valores praticados aos magistrados. ●

DE COMARCA EM COMARCA

- Raquel Gomes Barbosa fez permuta com Ruy Nogueira de Sá Filho, trocando a 1ª Vara de Família de Juiz de Fora pela 2ª Vara de Família da mesma comarca.
- Flávio Barros Moreira foi removido, por antiguidade, do cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Sete Lagoas para a 3ª Vara Cível da mesma comarca.
- Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva foi promovida, por antiguidade, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Ouro Preto para o cargo de juíza

de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Sete Lagoas.

- Maurício Navarro Bandeira de Mello foi removido, por merecimento, do cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Varginha para a Unidade Jurisdicional Única do Juizado Especial da mesma comarca.
- José Paulino de Freitas Neto foi removido, por merecimento, da Vara de Família e Sucessões e Ausências da Comarca de Teófilo Otoni para o cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Varginha.

BAÚ DE ACORDES

Remanso de Rio Largo

Tiago Parrela - O músico e compositor Celso Adolfo está lançando o disco 'Remanso de Rio Largo', obra com 16 canções inspiradas no livro 'Sagarana', do consagrado escritor mineiro João Guimarães Rosa.

Segundo Celso Adolfo, a produção do disco começou há 7 anos. Quando convidado para fazer uma apresentação, em inauguração do Museu Sagarana, em Itaguara (Oeste), cidade onde Guimarães Rosa iniciou sua carreira de médico e começou a escrever o livro 'Sagarana', o músico resolveu arriscar e recontar o conto 'Duelo'.

O músico revelou que todos os contos estão retratados no disco. 'Duelo', 'Sarapalha' e 'Corpo Fechado' (que, no

disco, chama "Faquinha, quicé") estão recontados com citações do livro. Nessa última, menciona a frase: "Targino comeu carne, bebeu cachaça na sexta-feira da paixão para experimentar a paciência de Deus. Deixa ele. Pra cavalo ruim, Deus bambeia a rédea".

Os demais contos, Celso Adolfo comentou que extraiu de maneiras distintas. "Ora, eu agrupava quadrinhas e fazia novos conjuntos com elas, achando as melodias. Ora, eu fazia uma música fora do livro, mas no espírito dele, e tomando-lhe frases de empréstimo", apontou.

Em outro conto retratado, 'Tim Tatu', o artista revelou que suas quadrinhas

foram retiradas da "A hora e vez de Augusto Matraga", com melodias que compôs: "A roupa lá de casa/ não se lava com sabão/ lava com ponta de sabre/ e com bala de canhão/ O terreiro de lá de casa/ não se varre com vassoura/ varre com ponta de sabre/ bala de metralhadora", descreveu Celso Adolfo, avaliando que a obra Roseana é profundamente bíblica; para outros artistas, é melódica.

Celso Adolfo é mineiro de São Domingos do Prata, e fez sua estreia em disco com 'Coração Brasileiro', em 1983. Chegou ao nono disco de carreira, tendo lançado entre eles "Brasil, Nome de Vegetal" e "Estrada Real de Villa Rica".●



EDUARDO GONTIJO

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

● NEY MATO GROSSO - BLOCO NA RUA

Data: 14, 15 e 16 de junho
Horário: sexta e sábado, às 21h, domingo, às 19h
Local: Palácio das Artes
Ingressos: R\$ 350 (inteira) e R\$ 175 (meia) - plateia I, R\$ 300 (inteira) e R\$ 150 (meia) - plateia II, R\$ 280 (inteira) e R\$ 175 (meia) - plateia inferior, R\$ 280 (inteira) e R\$ 140 (meia). Valores promocionais R\$ 250 - plateia I, R\$ 225 - plateia II, R\$ 200 - plateia superior*
Informações: fcs.mg.gov.br

● GOD SAVE THE QUEEN

Data: 14 de junho
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: R\$ 100 (inteira) e R\$ 50 (meia); R\$ 720 (mesa 4 lugares)
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● ANA CAROLINA

Data: 15 de junho
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: R\$ 120 (inteira), R\$ 60 (meia), R\$ 1.000 (mesa 1) e R\$ 920 (mesa 2). As mesas têm quatro

lugares

Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● TRIBUTAO AO REI DO POP (MICHAEL JACKSON)

Data: 23 de junho
Horário: 18h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: R\$ 100 (inteira), R\$ 50 (meia), R\$ 560 (mesa 1) R\$ 520 (mesa 2). As mesas têm quatro lugares
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● TRIBUTE ADELE

Data: 6 de julho
Horário: 21h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: R\$ 140 (inteira) e R\$ 70 (meia) para pista e arquibancada, R\$ 220 (inteira) e R\$ 110 (meia) cadeira no setor 1, e R\$ 190 (inteira) e R\$ 95 (meia) cadeira no setor 2
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● HUMBERTO GESSINGER - DIA MUNDIAL DO ROCK

Data: 13 de julho
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: R\$ 130 (inteira), R\$ 65 (meia)

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

INFANTIL

● BITUCA - MILTON NASCIMENTO PARA CRIANÇAS

Data: 16 de junho
Horário: 16h
Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 20 (Inteira) e R\$ 10 (Meia)
Informações: centroculturalminastc.com.br

● RAINHA DE NEVE

Data: 23 de junho
Horário: 16h
Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 22 (inteira) e R\$ 11 (meia)
Informações: centroculturalminastc.com.br

● PLUFT, O FANTASMINHA

Data: 30 de junho
Horário: 16h
Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 10 (inteira) e R\$ 5 (meia)
Informações: centroculturalminastc.com.br

* Os valores promocionais são para a compra de 2 a 4 ingressos por pessoa, limitado a 900 ingressos por sessão e válido somente na compra de ingresso inteiro

PENSAMENTO JURÍDICO

Cadastro Positivo

O cadastro positivo, que existe desde 2011, irá incluir dados de consumidores e empresas nos seus registros automaticamente, sem a necessidade de autorização prévia. Isso traz benefícios ou riscos para os clientes? Para saber mais sobre o tema, entrevistamos a juíza Moema de Carvalho Balbino Lucas, da 1ª Unidade Jurisdicional Cível do Juizado Especial de Belo Horizonte. [Foto]



Judicialização da Saúde

Dados divulgados pelo CNJ sobre a judicialização da saúde apontam um crescimento próximo a 130% nas demandas de primeira instância. A Reforma da Previdência tem efeito sobre demandas judiciais na área da saúde? Abordamos essas e outras questões com a desembargadora Vanessa Verdolim, presidente do Fórum Permanente de Judicialização da Saúde do Estado de Minas Gerais.

Colaboração Premiada

A colaboração premiada ou delação premiada se transformou em um eficaz instrumento para a investigação do processo criminal. Essa experiência foi positiva ou esbarrou em excessos? Qual é o valor jurídico de uma colaboração premiada e até onde ele vai? Convidamos o juiz Thiago Colnago Cabral, da 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, para falar sobre o assunto.

Juizados Especiais

Os Juizados Especiais tiveram crescimento vertiginoso nos últimos anos e, com isso, enfrentam um acúmulo por conta da alta carga processual. Qual a razão desse crescimento? Isso afeta a proposta de Justiça rápida e gratuita? Para esclarecer essas e outras dúvidas, conversamos com a juíza Flávia Birchall de Moura, coordenadora do Juizado Especial de Belo Horizonte.

TV JUSTIÇA Sexta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

VIA JUSTIÇA

Divórcio

O Via Justiça relembrou a história do divórcio no Brasil, sua evolução e impactos sociais. Em 2019, a lei que acabou com a limitação de apenas um divórcio por pessoa, completa 30 anos. Para discutir o assunto, convidamos o juiz Paulo Gastão de Abreu, da 10ª Vara de Família de Belo Horizonte, e o advogado José Roberto Moreira Filho, que é presidente do IBDFAM-MG. [Foto]



Reprodução Assistida

Há 40 anos, nascia o primeiro bebê de proveta no mundo. Qual foi a evolução das técnicas de reprodução assistida a partir daquela experiência? Como é a reprodução humana assistida hoje no Brasil do ponto de vista da legislação? Para falar sobre o tema, o Via Justiça chamou o desembargador Caetano Levi, da 2ª Câmara Cível do TJMG e o advogado Cássio Brant, do Instituto dos Advogados de Minas Gerais.

Direito dos Animais

No último mês de fevereiro, a Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Animais apresentou vários projetos em defesa dos animais, como a responsabilização de estabelecimentos coniventes com agressões. Para debater o tema, o Via Justiça convidou o desembargador Rogério Medeiros, da 13ª Câmara Cível do TJMG, e a advogada Edna Cardozo Dias, especialista em Direito dos Animais.

Violência contra a mulher

No Rio, uma paisagista quase morreu depois de horas seguidas de agressão em seu apartamento. O crime aconteceu em fevereiro e chocou o País. O Via Justiça retomou a discussão da violência contra a mulher no Brasil com a juíza Maria Aparecida Constantino Agostini, do Juizado de Violência Doméstica de Belo Horizonte, e a psicóloga e criminóloga, Claudia Pádua.

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]

Fintechs avançam no mercado financeiro

Estudo mostra que grandes bancos vêm perdendo espaço



Os serviços bancários vêm mudando de maneira substancial no Brasil nos últimos anos. A mudança mais facilmente percebida pelos clientes é a que diz respeito à digitalização dos serviços, especialmente com a gradativa substituição dos caixas convencionais pelos eletrônicos e o uso mais intenso do internet banking.

Uma nova e mais intensa onda de transformação teve início há mais ou menos cinco anos, quando começaram a surgir as fintechs, empresas do ramo financeiro com fortes características tecnológicas.

Um estudo realizado pelo economista Roberto Luis-Troster, a partir de dados do Banco Central, mostra que, entre 2014 e 2018, a participação dos cinco maiores bancos do País no total de operações financeiras recuou de 77,3% para 69,9%. Além disso, a participação no total de clientes também encolheu: era de 72,3% em 2014 e fechou 2018 em 64,5%.

À primeira vista pode parecer um recuo pequeno, mas

são número expressivos dada a magnitude dessas cinco maiores instituições, que são nada menos que Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa. Para o economista, o avanço dos bancos digitais e das fintechs, que já passam de 400 no país, é um dos fatores responsáveis pela perda de participação de mercado dos grandes bancos.

Uma das primeiras iniciativas foi o Nubank, que começou oferecendo serviços de cartão de crédito sem cobrar anuidade dos clientes e se encaixa na categoria de fintech. Em seguida, instituições bancárias de menor porte, como o Banco Inter, passaram a oferecer serviços bancários completos exclusivamente por meio digital (internet banking e aplicativos para smartphones) e foram seguidas pelos grandes bancos.

Os bancos digitais funcionam como os bancos tradicionais, com a exceção de não possuírem agências, e oferecem todo tipo de solução: conta corrente (pessoa física e jurídica), poupança, investimentos, empréstimos, comercialização de seguros, etc.●

SAIBA MAIS

Entenda a diferença entre fintech e banco digital:

Fintech

A palavra vem da junção de 'financeira' com 'technology' e designa empresas com forte viés tecnológico (normalmente startups), que operam no setor financeiro. Uma operadora de cartão de crédito, por exemplo, é uma fintech. A atuação dessas empresas está sujeita a leis específicas e não à regulação do Banco Central.

Banco digital

Os bancos digitais são empresas que oferecem serviços bancários, como conta corrente, empréstimos e serviços de saque e depósito, etc. Apesar dos serviços oferecidos ao cliente serem por meio digital, as pessoas jurídicas por trás dessas instituições são bancos, no modelo tradicional, e estão sujeitas à regulação do Banco Central.

Mater Dei toma Amagis Saúde como referência

Representantes da rede hospitalar conheceram o plano da classe

Em busca de parâmetros para a criação do plano de autogestão em saúde do Mater Dei, representantes da rede hospitalar estiveram, no dia 21 de maio, na sede da Amagis, para conhecer a Amagis Saúde, considerado referência entre os planos da modalidade de autogestão coletiva por adesão. O Mater Dei irá adotar autogestão por Recursos Humanos.

Segundo a coordenadora de Economia da Saúde e Parametrização do Mater Dei, Jaqueline Novais Zoglio, a rede hospitalar tomou a Amagis Saúde como referência para a criação do seu plano em função de algumas semelhanças entre as duas instituições. "Entendemos que é a empresa que mais se aproxima do perfil que temos, pelo número de beneficiários e, também, por ser uma autogestão", afirmou. A coordenadora adiantou que o plano do Mater Dei irá trabalhar com o mesmo sistema adotado pela Amagis Saúde.

Em favor da parceria institucional com a rede hospitalar, a vice-presidente de Saúde, Rosimere Couto, orientou a equipe da Amagis Saúde a repassar aos representantes do Mater Dei as informações referentes à estrutura e funcionamento do plano de saúde da Magistratura mineira.

GEORGIA BAÇVAROFF - 18/01/2019



Henrique Salvador, presidente do Mater Dei, e Rosimere Couto

Ainda participaram da reunião, a coordenadora da Amagis Saúde, Marina Shizuko, o coordenador de TI do Mater Dei, Guilherme Neto, a coordenadora de RH, Leila Carvalho, e a analista do plano de Saúde do Mater Dei, Tatiana Pereira. ●

Amagis assume diretoria na Unidas

Coordenadora do plano foi eleita diretora técnica da instituição

A coordenadora da Amagis Saúde, Marina Shizuko, tomou posse, no dia 28 de abril, no cargo de diretora técnica da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) para o biênio 2019-2021.

Realizada na mesma data da posse, a eleição foi disputada por três chapas. Marina integrou a com-

posição Unidas mais forte em defesa das autogestões, encabeçada por Anderson Mendes, da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, que obteve 81 votos no pleito.

Até então diretora de Treinamento e Desenvolvimento da Unidas em Minas Gerais, Marina terá, agora, na

nova função, entre outras, a tarefa de coordenar as atividades da Unidas voltadas para o desenvolvimento e treinamento técnico de pessoal das instituições filiadas, e acompanhar o cumprimento das políticas de diretrizes de regulação, com foco em evidências científicas homologadas pelo Conselho Federal de Medicina. ●



PRESIDENTE
 Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
 Juíza Rosimere das Graças do Couto
Diretor de Saúde
 Desembargador Edison Feital Leite
Diretora Financeira
 Juíza Flávia Birchall

Conselho Gestor:
Segunda Instância
 Geraldo Domingos Coelho
 Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes
 Valéria da Silva Rodrigues Queiroz
 Edison Feital Leite
Juízes da Capital
 Flávia Birchall de Moura
 Kenea Marcia Damato de Moura Gomes
Suplentes
 Clayton Rosa de Resende
 Guilherme Azeredo Passos
Juízes do Interior
 Dalton Soares Negrão
 Fábio Torres de Sousa

Suplentes
 Marcos Alberto Ferreira
 Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
 Ana Maria de Oliveira Froes
 José Maria dos Reis
Suplentes
 José Nicolau Masseli
 Paulo Mendes Álvares
Ouvidora da Amagis Saúde
 Juíza Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

Coordenador de Comunicação:
 Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
 Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
 Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
 Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
 Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
 Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
 Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albina, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
 e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Campanha de vacinação imuniza 350 pessoas

Vacinação contra o vírus da gripe foi realizada durante cinco dias

FOTOS: TIAGO PARRELA



Durante a Campanha de Vacinação Contra a Gripe promovida pela Amagis, dos dias 14 a 20 de maio, a equipe da Amagis Saúde percorreu os principais prédios do TJMG, em Belo Horizonte, imunizando ao todo 350 pessoas.

Para o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, que participou do primeiro dia da iniciativa, quando a vacinação foi realizada na sede do Tribunal, na Avenida Afonso Pena 4.001, no bairro Serra, a ida da equipe da Amagis Saúde aos locais de trabalho não só garante comodidade aos magistrados como torna a campanha mais eficaz.

De acordo com a vice-presidente de Saúde da Associação, juíza Rosimere das Graças do Couto, que participou do primeiro dia da ação, a vacinação reforça as políticas do plano em favor da prevenção e promoção da qualidade de vida dos magistrados e demais usuários do plano. O vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, também esteve presente na abertura da campanha.

O 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela,

destacou a importância das iniciativas promovidas pela Associação que visam à prevenção. "A Amagis sempre foi muito preocupada com a saúde dos magistrados. Vejo que, nessa gestão, isso está muito aprofundado e que o desembargador Alberto Diniz tem uma preocupação com todos nós", reconheceu.

Foram disponibilizados dois tipos de vacina: a trivalente, ao custo de R\$ 28,25, que imuniza contra um tipo de vírus B, o H1N1 e o H3N2, e a quadrivalente, por um taxa de R\$ 80,00, que, além desses três vírus, previne as pessoas com relação a outro tipo de vírus B, conhecido como Brisbane.

A Amagis Saúde realizou estudos para viabilizar a expansão da campanha de vacinação nas comarcas do interior, mas, em função da complexa logística que seria necessária para realizar a ação, as vacinas teriam valores acima dos valores praticados no mercado. A vacinação contra a gripe nas comarcas do interior será promovida pelo TJMG, que, em razão do grande número de doses adquiridas, consegue reduzir o valor das vacinas. ●



Presidente e diretores da Amagis, desembargadores e familiares participaram da campanha de vacinação

Integramagis tem dança de salão no Dia das Mães

Diretoria reforça programa como meio de integração da classe

No dia 16 de maio, o espaço de festas da Amagis foi transformado em uma pista de dança de salão para que a Magistratura Mineira pudesse comemorar o Dia das Mães com descontração e alegria. A data marcou também a realização do primeiro Integramagis pela atual diretoria da Associação, que tem investido na realização de eventos culturais como instrumento de integração da classe.

Ao saudar os presentes, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, falou sobre a satisfação em promover, com a atual diretoria, sua primeira edição do Integramagis, iniciativa que, há mais de quatro décadas, estimula hábitos saudáveis e o conagração da classe. Para Alberto Diniz, as escolhas da data e do tema foram uma justa homenagem às mães da Magistratura mineira.

Segundo a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere Couto, a expectativa é de que, cada vez mais, magistrados possam participar com seus familiares dos momentos de confraternização promovidos pela Amagis. "Esperamos que esse seja um início de um Integramagis capaz de agregar todos os juízes, pensionistas e aposentados, pois a Amagis é de todos nós", afirmou.

Para o vice-presidente Socio-cultural-esportivo, juiz aposentado Jorge Paulo dos Santos, ao realizar celebrações como o Dia das Mães, a

TIAGO PARRELA



Presidente da Amagis saudou as mães e os participantes do Integramagis

Amagis atua como agente de integração da Magistratura mineira, fortalecendo os laços de solidariedade entre os membros da classe. Na avaliação da vice-presidente Financeira, juíza Luzia Peixôto, iniciativas que visam à integração e o bem-estar dos associados devem ser vistas como um benefício para todos.

A oficina de dança de salão foi ministrada pelo professor, coreógrafo e bailarino, Renato Ventura, que, antes de passar os primeiros passos para os presentes, destacou os benefícios da dança para a saúde. Para Ventura, a dança deve ser ensinada de forma natural, respeitando os limites e possibi-

lidades de cada participante, a fim de que eles possam evoluir independentemente das dificuldades que possam ter.

Além da dança de salão, a diretoria da Amagis sorteu brindes aos participantes. A pensionista Izabel Alves Bengtsson foi premiada com viagem para assistir à vespertina na cidade histórica de Diamantina (Vale do Jequitinhonha), ofertada pela agência de turismo Travel 4. A desembargadora aposentada Mariza de Melo Porto ganhou bandeja de cerâmica feita pela juíza Maura Angélica, e o juiz aposentado Antônio de Souza Vieira foi o sorteado com o livro 'Vamos tirar o pijama?', do professor de dança Renato Ventura. ●



Dança de Salão no Integramagis



Alberto Diniz e a esposa Suzana Savoi



Convênio com drogarias dá descontos a associados

Benefício é válido em todo o País para usuários do plano

Comprometida com o aprimoramento permanente dos serviços e benefícios oferecidos aos usuários da Amagis Saúde, a diretoria da Associação firmou convênio com a Droga Raia e Drogasil, para que os magistrados associados e seus dependentes tenham descontos diferenciados na compra de medicamentos.

O desconto é a partir de 25% na compra de remédios genéricos tarjados e a partir de 15% para medicamentos de marca tarjados. A rede de drogarias conta com 1.845 lojas espalhadas em todo o País. Em Minas Gerais, os associados terão à disposição 125 lojas do grupo, o que beneficia também os magistrados que atuam nas comarcas do interior do Estado.

Na avaliação da vice-presidente de Saúde, Rosimere Couto, a parceria com a Droga Raia e Droga-

sil é mais uma maneira de ampliar a estrutura oferecida aos associados, mesmo que indiretamente, pois, a partir de agora, eles terão uma ampla rede farmácias oferecendo-lhes um serviço diferenciado.

Para ter direito aos descontos, o usuário do plano deve apresentar a carteira da Amagis Saúde no ato da compra. As drogarias também oferecem redução no preço de itens de higiene pessoal, perfumarias e beleza por meio de ofertas mensais e diárias. Os descontos são válidos somente para compras realizadas nas unidades próprias da Droga Raia e da Drogasil e não se aplicam a aquisição online de produtos da rede de drogarias. O benefício não é cumulativo com outros descontos, promoções ou convênios diversos. Saiba sobre mais benefícios do plano no site amagissaude.com.br. ●

BENEFICIÁRIOS AMAGIS SAÚDE TÊM DESCONTO NAS REDES



A Amagis Saúde firmou convênio com a rede de drogarias Raia Drogasil. A partir de agora, os usuários do plano de saúde têm descontos especiais. Basta apresentar a carteira da Amagis Saúde no ato da compra.

A PARTIR DE
25%
DE DESCONTO
em medicamentos
genéricos tarjados

A PARTIR DE
15%
DE DESCONTO
em medicamentos
de marca tarjados

Descontos especiais nos itens de higiene pessoal, perfumaria e beleza por meio de ofertas mensais e diárias



Convênio válido para as 1.845 lojas das redes Droga Raia e Drogasil em todo o País. 125 delas são em Minas Gerais



AMAGIS SAÚDE: ATENDIMENTO PESSOAL E HUMANIZADO

Setor de Atendimento – A equipe de atendimento da Amagis Saúde é integrada por Alessandra Fernandes, Cirlei Moreira, Larissa Damaris e Valdelice Vieira. O setor é responsável pela interlocução com os usuários do plano, esclarecendo dúvidas e orientando sobre os serviços prestados, como autorizações de exames, tratamentos e internações.

O atendimento pode ser feito presencialmente na Amagis Saúde [Rua Albita, nº 194, 6º andar, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte] ou pelos telefones [31] 3079-3478, [31] 3079-3479, [31] 3079-3480 e [31] 3079-3481, de 2ª a 6ª de 7h às 19h e sábado de 8h às 13h15. O setor também atua nos finais de semana e feriados, pelo plantão telefônico [31] 99977-2860.

IZABELA MACHADO



Cirlei e Larissa (em pé) Alessandra e Valdelice (sentadas)